



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

AVALIAÇÃO DOS REFLEXOS DA CRISE MEXICANA NAS ECONOMIAS

MEMBROS DO MERCOSUL: 1994 A 1997.

MONÇÃO, Bruno André (IC) Fecilcam , bruno_parana_19@yahoo.com.br

BASTOS, Luciana Aparecida (TIDE) (OR) Fecilcam, singerlu@gmail.com

DIAS, Ricardina (TIDE) (CO) Fecilcam , ricardina_dias@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo consiste em realizar um estudo dos reflexos da crise mexicana nas economias membros do Mercosul, no período de 1994-1997. O estudo se mostra demasiado importante, devido ao fato que a crise ocorreu no mesmo ano de formação efetiva do Mercosul - 1994. A década de 1990 é caracterizada pela liberalização comercial e financeira, foi um dos determinantes dos movimentos de capitais na América Latina. Nesse período, o Brasil e a Argentina passaram por um processo inflacionário, que após a implantação do plano real no Brasil e do plano Cavallo na Argentina, essas economias iniciaram o processo de expansão.

Palavras-chave: Mercosul, crise mexicana, políticas macroeconômicas.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em realizar uma avaliação dos reflexos da crise mexicana (1994) – primeira grande crise internacional da década de 1990 - nas economias-membro do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O estudo dos reflexos dessa crise nas economias do Mercosul se mostra demasiado importante devido ao fato de que a crise mexicana ocorreu no mesmo ano de formação efetiva do Mercosul – 1994. No que se refere ao método de pesquisa utilizado, a mesma será



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

desenvolvida amparada sob uma análise histórica e uma análise estatística descritiva de dados.

A análise histórica será desenvolvida para efeito de elaboração dos fundamentos teóricos que envolverão a pesquisa. O estudo do livro “O CAPITAL” de Karl Marx, será realizado no intuito de delinear a análise das crises capitalistas de produção. Será realizada, também, uma análise dos fatores geradores e propulsores das crises internacionais da década de 1990, bem como se fará uma retrospectiva histórica de como se deu a primeira crise capitalista mundial da década de 1990 no contexto da globalização, a saber: A crise mexicana (1994), utilizando para tanto a obra de estudiosos da economia internacional como Amaral (2007) e Coggiola (2004).

Quanto à análise estatística, a mesma será utilizada para coletar, tratar e descrever os dados estatísticos no que se referem à conjuntura macroeconômica dos países-membros do Mercosul pós crise mexicana, visando descobrir quais os impactos que essa crise internacional trouxe às economias do Mercosul, de 1994 a 1997. O método de análise estatística ainda fornecerá respaldo para a comprovação das teorias apresentadas na discussão, amparando os resultados das discussões através dos dados coletados.

2 CRISE FINANCEIRA

De acordo com Marx (1989), as crises são alterações abruptas na progressão da acumulação capitalista; não só no ritmo da acumulação, mas, também, em sua estrutura interna. O autor as vê como necessárias no sentido de que resolvem forçosamente as contradições internas da acumulação, que, sem elas, persistiriam.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Elas consistem na interrupção do circuito do capital, de modo que uma parte do capital deixa de funcionar como tal.

Em passagens isoladas, Marx (1989) descreve essas contradições de duas maneiras aparentemente distintas. De um lado, vê as crises como solucionando as contradições entre as esferas de produção, troca e distribuição, as tensões e os desdobramentos entre elas. Por outro lado, as vê como resolvendo as contradições entre a lei de tendência decrescente da taxa de lucro e as tendências contrabalançadoras. De fato, essas duas formulações são antes complementares que separadas, uma vez que a lei da tendência decrescente da taxa de lucro se relaciona com o efeito da acumulação na esfera da produção, tomada em abstração das demais, enquanto que as influências contrabalançadoras se relacionam com os efeitos em todas as três esferas. Essas duas formulações das contradições que as crises tem que resolver são os elementos sob os quais a teoria de Marx foi construída: a idéia do deslocamento entre as esferas é a idéia de uma relação estrutural particular, ao passo que os efeitos da acumulação (lei de tendência decrescente da taxa de lucro e influências contrabalanceadoras) são consideradas como força dinâmica que explica o desenvolvimento dessas contradições no tempo.

Examinando essa teoria, pode-se observar claramente que, para Marx (1989), as crises não se constituem no simples efeito das quedas reais das taxas de lucro, que seriam, elas mesmas, a manifestação simples da tendência decrescente da taxa de lucro. Resultam do fato que a acumulação causa, inevitavelmente, o desenvolvimento, tanto da tendência decrescente da taxa de lucro como das influências contrabalanceadoras, de uma maneira contraditória tal que a livre acumulação se torna impossível. As crises são necessárias para a solução dessas contradições, mas, em que sentido? Marx deixa claro que a força mais fundamental gerada nas crises é o abandono das velhas técnicas de produção e a adoção de outras, mais produtivas. Essa reestruturação do capital pode resolver temporariamente as contradições que dão origem às crises, quaisquer que sejam suas aparências específicas.

De acordo com Dantas, 2009, P.55:

Marx demonstrou que as crises de superprodução, assim como as fases de expansão e retração do processo histórico de reprodução ampliada do capital, são inerentes ao capitalismo como modo de produção e reprodução social. Elas irrompem periodicamente sempre



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

que o processo de produção do capital, após um período de expansão do crédito, do investimento, da produção, do consumo e do emprego termina por encontrar seus limites ali onde a massa crescente de capitais que buscam reproduzir-se excede a capacidade de extração de mais-valia adicional. (DANTAS, 2009, P.55)

Com a taxa de lucro em queda, os capitalistas restringem a oferta de crédito, provocando a queima dos capitais que já não conseguem reproduzir-se, a interrupção do processo de sua reprodução ampliada e a destruição maciça de forças produtivas. É a crise de superprodução que explode: quando a massa de trabalho morto se torna tão extensa que já não consegue extrair mais-valia adicional do trabalho vivo, o capital vê interrompidas as condições de sua reprodução ampliada e os capitalistas param de investir até que se derreta a imensa pirâmide de capitais excedentes que pressionam a taxa de lucro e sejam novamente restauradas as condições de sua valorização. (BASTOS, 2010)

Para Marx (1989), super acumulação ou sobre produção de capitais e queda da taxa de lucro são expressões diversas de um mesmo processo: a queda da taxa de lucro se expressa dialeticamente como resultado inevitável do processo de super-acumulação de capitais e, na mesma medida, como causa determinante de sua paralisação.

A crise mexicana foi a primeira crise capitalista da década de 1990, Marx (1989) distingue dois tipos de crises: as crises do setor produtivo, ou crises gerais, e as crises bancárias ou financeiras. Para ele, as crises são momentos necessários, porque constituem a solução de contradições inerentes ao processo de acumulação, que aumentaram durante a fase de expansão precedente, até o momento da inevitável explosão.

A teoria de Marx descreve claramente o fato ocorrido no México, pois, segundo ele, as crises capitalistas decorrem do excesso de produção. Em última instância, a crise capitalista é o resultado do excesso de produção de capital e de bens de consumo. As relações capitalistas de produção, ou seja, a apropriação privada da riqueza produzida impede a organização de uma forma de sociedade mais eqüitativa e igualitária. É através da contradição entre produção e apropriação da riqueza que está se manifestando a crise financeira. (BASTOS, 2010)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

3 CRISE MEXICANA

A primeira crise internacional da década de 1990 ocorreu no México, criou uma conjuntura interna de grande instabilidade, comprometendo a economia mexicana, e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro, após a queda do peso em dezembro de 1994. (BASTOS, 2009)

Após a metade da década de 1990, o país enfrentou sérias dificuldades para controlar a economia, com déficit na balança comercial, déficit em conta corrente e grande dependência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Com grau acentuado de abertura econômica, mostrava-se pouco favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico, fazendo com que o país enfrentasse sérias dificuldades para sanar seus compromissos internacionais. Esta foi a maior crise após 1982, quando o México declarou moratória de suas dívidas e passou a adotar o programa heterodoxo de estabilização econômica, contendo políticas de âncora cambial, reforma fiscal, intensificação de privatizações e liberalização financeira. (COGGIOLA, 2010)

Nesse período de crise, o governo sentiu-se obrigado a adotar algumas políticas, para sustentar o valor da moeda mexicana, o banco central comprou um valor muito alto em dólares no exterior, o que, por sua vez, exigiu que o estado abrisse o mercado de títulos aos investidores externos. Para que o país continuasse sustentando a confiança do setor externo, o peso continuou artificialmente forte. Com isso a moeda supervalorizada atraiu mais importações, o desequilíbrio comercial aumentou e teve de ser coberto com entrada cada vez maior de capital externo. Com estas instabilidades, os investidores estavam prestes a provocar uma fuga de capitais. (KESSLER, 2001)

Para os mexicanos, a pressão inflacionária tornava-se evidente, principalmente pelo alto volume de suas importações. Em 1987, as importações do México eram de US\$ 12 bilhões, e, em 1994, alcançavam a casa dos US\$ 50 bilhões. Além disso, diferentemente do caso do Brasil, onde as empresas, de um modo geral, estão capitalizadas e seu grau de endividamento é relativamente baixo, as empresas mexicanas endividaram-se bastante, principalmente em dólares. (COGGIOLA, 2010)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

A razão para esse alto endividamento em dólares estava no baixo preço da moeda norte-americana em relação ao peso e nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem mais baixas do que as mexicanas. Enquanto os juros de longo prazo nos EUA, após 1994, giraram entre 6% e 8%, no México sempre estiveram na casa dos dois dígitos, aumentando ainda mais com a crise. Com o dólar subitamente valorizado, o grau de inadimplência dessas empresas aumentou, afetando o desempenho das instituições mexicanas. (KESSLER, 2001)

De acordo com BASTOS (2009, P.100):

“A crise de 1994, por sua vez, levou o México à participação do NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte, também em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país”. (2009, p.100)

O exemplo do México, com plano de buscar estabilização econômica, proposta pelo NAFTA, levou outros países que objetivavam crescimento econômico sustentável, a formar blocos semelhantes. Para impedir que a crise mexicana atingisse outros países da América Latina e acabasse abalando o sistema financeiro dos países desenvolvidos, foram adotadas algumas medidas para impedir uma crise ainda maior. Os governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha, interferiram no processo de reescalonamento de dívidas em países em desenvolvimento, prestando assistência financeira ao processo de ajuste, que exigiu o co-financiamento de US\$51 bilhões. (ASSIS, 2001)

Em 1994, o banco central dos Estados Unidos quase dobrou as taxas de juros, de 3% para 5,5% dos títulos Norte-Americano. Após a adoção desta política a taxa de retorno americano aumentou, tornando esses investimentos atraentes, em vista dos títulos emitidos em países em desenvolvimento, como o México. Devido a esta fuga de capitais do mercado financeiro mexicano, o peso passou a estar sob grande pressão. A política adotada na gestão de Salinas, a fim de defender a taxa de câmbio, esvaziou as reservas em moeda estrangeira que era de US\$ 30 bilhões, passou para US\$6 bilhões ao final de 1994. (KESSLER, 2001)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Uma das pressões global enfrentada pelo México, foi à rápida reestruturação da dívida pública, de títulos do Tesouro em pesos, em geral chamados de cetes, para títulos em dólar, chamados tesobonos. De acordo com o ministro da fazenda Pedro Aspe, a criação do tesobono representou “o compromisso voluntário do governo de cumprir a planejada disciplina nas finanças públicas”, ou seja, uma garantia aos investidores de que não deixaria a moeda cair. Essa dramática alteração na estrutura da dívida pública mexicana indicou uma perda de confiança entre os investidores da moeda mexicana. Além disso, os tesobonos eram fixados ao dólar, essa alteração assegurou que qualquer desvalorização aumentaria a dívida pública do governo em termos absolutos. (KESSLER, 2001)

O setor bancário foi ineficiente durante a nacionalização, pois com a privatização dos três maiores bancos do México, o preço de tomar dinheiro emprestado passou a ser muito elevado. As incertezas do recebimento do crédito e a inflação fizeram com que as taxas de juros se elevassem de 18% para até 120%. Com isso, no período de crise os bancos contribuíram para a sua própria falência, o setor enfrentou altas taxas de inadimplência, fazendo com que ocorresse a paralisação do sistema financeiro. (KESSLER, 2001)

Diante do endividamento bancário, o povo mexicano passou a se organizar rapidamente, para protestar contra a dívida bancária. Em 1995 um pequeno grupo de devedores rurais chamado El Barzón explodiu no cenário nacional, evoluindo rapidamente chegando a 2 milhões de membros, composto da classe média e negociantes, que se recusaram a pagar as usuárias taxas aos bancos. Os bancos ofereciam aconselhamentos e recursos legais para o pagamento das dívidas, mas os devedores queriam confrontar para obter uma melhor negociação. (KESSLER, 2001)

O grupo forçou o governo mexicano a aliviar a dívida, o mesmo adotou a política de reestruturação da dívida comercial e do consumidor através de um ajuste automático pela inflação e da limitação da taxas de juros real. Devido ao mal planejamento do governo no cálculo da taxa de inflação, não conseguiu obter êxito na política adotada, pois conseguiu reestruturar apenas parte da dívida. A dificuldade do sistema bancário mexicano em fornecer crédito com segurança, fez com que o governo adotasse medidas de capitalização mais rígidas, como poucos bancos

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

conseguiram atender a esses novos padrões, o governo forneceu o capital necessário tomando posse da ação dos bancos como garantia. Devido a essa medida, grande parte do sistema bancário foi renacionalizada. (KESSLER, 2001)

4 REFLEXOS DA CRISE MEXICANA NOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL

O processo de “globalização financeira”, que marcou o início da década de 1990, foi um dos determinantes da liberalização dos movimentos de capitais, e isso fez com que ocorresse uma elevação do fluxo de capitais nas economias emergentes. Nesse período, ocorreu saída de capitais privados dos países centrais para a América latina, com o intuito de buscar maior rentabilidade, pois as taxas de juros norte-americanas neste período estavam em queda. (CORRÊA, 2006)

2.2 BRASIL

O plano real plano de estabilização econômica teve início em julho de 1994, foi fundamental no processo de reformas econômicas, por controlar a inflação com um rápido processo de abertura financeira, e a valorização do câmbio. Devido a altas taxas de juros, a valorização do câmbio e o combate à inflação, provocaram uma elevação dos fluxos de capitais, para as economias emergentes.

A crise mexicana de 1994 repercutiu principalmente nas economias emergentes, como o Brasil e a Argentina, pois a mudança no cenário em que se processava o ajuste das economias latino-americanas, ao elevar o risco cambial dos investimentos, fez com que os investidores vendessem seus ativos dos países latino-americanos, resultando na fuga de grandes volumes de capitais das economias emergentes. (BASTOS, 2009)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Outro aspecto demasiadamente importante foram os impactos sobre as contas externas, aumento da dívida pública e a queda do crescimento econômico. No que se refere ao passivo sobre as contas externas, a liberalização comercial e financeira em conjunto com a sobrevalorização da moeda nacional provocou uma elevação considerável das importações, concomitante ao lento crescimento das exportações, e, por conseqüente, o crescimento do déficit na balança comercial. (BASTOS, 2009)

Observa-se que após o ano de (1994) ano de implantação do plano real, a balança comercial passou a ser deficitária, devido à valorização do câmbio e ao aumento da capacidade de importação.

Tabela 1

Sumário do Balanço de Pagamentos – 1994 a 1997 (US\$ milhões)

Discriminação	1994	1995	1996	1997
Balança Comercial	10466	-3466	-5599	-6753
Serviços e Rendas	-14692	-18540	-20349	-25522
Transações correntes	-1812	-18384	-23502	-30452
Conta capital e Financeira	8693	29096	33968	25801
Erros e Omissões	335	2208	-1800	-3254
Resultado do Balanço	7216	12919	8667	-7907

Fonte: Banco Central do Brasil (2011) – elaboração própria.

Os recursos para cobrir os déficits em transações correntes se deram pela conta capital, que era de US\$ 8.6 bilhões em (1994), US\$ 29 bilhões em (1995), US\$ 33,9 bilhões em (1996) e US\$25,8 bilhões em (1997). Esse aumento de recursos na conta capital ocorreu devido às altas taxas de juros e valorização do câmbio. O ingresso de capitais nesse período foram superiores aos necessários para



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

o fechamento do balanço de pagamentos, fazendo com que as remunerações de juros e remessas de lucros ao exterior, gerassem impactos sobre as contas de serviços, piorando o resultado de transações correntes.

As mudanças significativas na conta capital e financeira, nos períodos de crises, especialmente a do México (1994), e Ásia (1997). Nesses períodos, a fuga pode ocorrer por movimentos de contágio, ou por adoção de políticas que facilitam a saída de capitais de países considerados de risco, como o Brasil, para economias mais seguras como os EUA; por exemplo: uma alta nas taxas de juros americana atrairá rapidamente capital para essa economia, a fim de que os investidores obtenham maior rentabilidade e segurança. Para os países dependentes de capitais externos não entrarem em recessão, é necessário adotar políticas de altas taxas de juros, com o intuito de atrair e manter o capital estrangeiro no país. (CORREA & ALMEIDA FILHO, 2005)

De acordo com BASTOS (2009), o Mercosul transformou-se, então, no bloco econômico mais importante e mais conhecido da América Latina, e seus países membros passaram a apresentar avanços notáveis no sentido da integração regional, tanto na área comercial quanto no plano dos investimentos e na interação das estruturas produtivas dos membros. O processo de integração do Mercosul, paralelamente, favoreceu os investimentos diretos estrangeiros na região.

Observemos a tabela a seguir:

Tabela 2

PRINCIPAIS PAÍSES RECEPTORES DE IDE NA AMÉRICA LATINA
(1994-1998)

Países	1990/94*	1995	1996	1997
Argentina	2.931	5.610	6..949	9.161



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Brasil	1.703	4.859	11.200	19.650
México	5.409	9.526	9.186	12.831
Outros	4.275	8.089	14.406	20.343
Total AL	14.318	28.084	41.741	61.985

Fonte: Informes La Inversión Extranjera da CEPAL (em milhões de dólares)Apud. BASTOS (2009) P.84.

Observemos que a partir da década de 1990, há um acentuado incremento de IDE na América Latina, com destaque para os países maiores, a saber: Argentina, Brasil e México. Dentre os maiores receptores desses investimentos, estão os idealizadores do Mercosul: Argentina e Brasil. Isso ocorreu devido ao baixo custo de mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao IDE, amparadas pela política de regionalismo aberto, e ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil (BASTOS, 2009).

É importante destacar, que esses investimentos geram elevados custos para os países receptores desses investimentos, como, subsídios às empresas (energia elétrica, isenção de impostos, terrenos para instalação e outros), além disso, é necessária a adoção de política de juros elevados para garantir retorno desses investimentos. Outro aspecto importante refere-se à mão de obra barata contratada pelas empresas estrangeiras, o baixo custo faz com que seja mais um atrativo para a instalação dessas empresas no país.

O capital estrangeiro busca, em suma, rentabilidade máxima para seus investimentos e, desta forma, procura dirigir-se para regiões com amplo mercado consumidor, mão-de-obra abundante e barata, recursos naturais abundantes e que lhe conceda o máximo de concessões possíveis, sobretudo tarifárias. E, diga-se de passagem, é muito mais fácil, embora bem mais oneroso, crescer a curto e médio prazo pela atração do capital estrangeiro para o país ou região, que seria um dos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

propulsores desse crescimento, do que a passos longos, com recursos e tecnologia insuficiente (BASTOS, 2009).

Nesse contexto, o Mercosul com a ampliação do mercado regional, tornou-se o fator chave para a atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para a Argentina e, sobretudo, para o Brasil. Tal fato contribuiu para transformar o Brasil numa base regional de exportação para muitas empresas multinacionais.

Diante dos dados obtidos, conclui-se que no Brasil houve movimentos inversamente ao esperado na conta capital, pois no período de crise no México os capitais investidos naquele país, foram deslocados para a América Latina, principalmente para o Brasil. Nesse período esperava-se uma imensa fuga de capital desses países, devido ao fato ocorrido no México, pois isso geraria desconfiança dos investidores ao analisarem a semelhança das economias latinas americanas com a economia do México.

2.2 ARGENTINA

A década de 1990 foi um marco histórico para a economia Argentina, após a implantação do plano de conversibilidade, a equiparação da moeda nacional ao dólar, fez com que o país reduzisse a taxa de inflação.

De acordo com BAUMANN & MUSSI (2006, P.04).

A Argentina em 1989 passou por um episódio de hiperinflação aberta, com a taxa anual alcançando quase 5.000%. No ano seguinte novamente a inflação acumulou mais de 1.300% nos preços ao consumidor. No início de 1991, o ministro da fazenda Domingos Cavallo, propôs a aplicação da convertibilidade, dolarizando plenamente a economia argentina na paridade de 1 peso=1 dólar. Essa opção transformou a economia Argentina, levando a uma rápida



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

convergência da inflação a taxas de um dígito. Em 1993, a Argentina já apresentava inflação anual de 7,4%. (BAUMANN & MUSSI, 2006, p.04)

A partir desse período o país inicia-se o processo de recuperação econômica, que inicia em 1991 e se estende até 1994. A entrada de capitais no país após a adoção do plano de conversibilidade está fortemente vinculada ao processo de privatizações, se converte no elemento dinâmico, e sua continuidade se faz necessária para fechar o balanço de pagamentos; para manter a confiança no programa econômico; e para sustentar um elevado ritmo de atividade econômica. Porém, impedido pelo efeito tequila em 1995. (HAINES, 1998)

A Argentina segunda maior economia do Mercosul sentiu os efeitos da crise no mercado financeiro, a redução dos depósitos bancários chegou a 18% em cinco meses, gerando vários problemas de liquidez. De acordo com CARRERA (2001) alguns bancos perderam mais de 50% dos seus depósitos e aqueles que se encontravam mais diretamente expostos com o México, acabaram fechando. A crise mexicana levou o banco central a adotar algumas medidas, como a possibilidade de renovar dívidas e a recompra de títulos por períodos mais longos, com o intuito de suavizar os efeitos nas reservas internacionais.

Nesse período, o ministro Cavallo anunciou reduções de US\$ 1 bilhão da despesa pública, evitar novas colocações de bônus até que os mercados financeiros internacionais voltassem à normalidade. Como forma de indicar que o governo não estava disposto a praticar revisões no regime cambial, vinculou-se ainda mais fortemente a moeda nacional ao dólar. Porém, esta medida permitiu ao banco central “ocultar” parte dos US\$2,5 bilhões de reservas que perdeu até janeiro de 1995. (HAINES, 1998)

Observemos a tabela abaixo:

Tabela 3



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Sumário do Balanço de Pagamentos – 1994 a 1997 (US\$ milhões)

Discriminação	1994	1995	1996	1997
Balança Comercial	-4.139	2.357	1.760	-2.123
Serviços e Rendas	-3.779	-3.436	-3.547	-4.385
Transações correntes	-10.981	-5.104	-6.755	-12.116
Conta capital e Financeira	13.781	7.701	12.249	17.709
Erros e Omissões	-2.118	-2.699	-1.611	-2.321
Resultado do Balanço	682	-102	3.882	3.273

Fonte: Banco Central da Argentina (2011) – elaboração própria.

Como pode ser observado, nos períodos de maior efeito da crise no México entre 1994 e 1995, houve reduções nos déficits de transações correntes, que era de US\$-10,9 bilhões passou para US\$-5,1 bilhões. Nos anos após o efeito da crise, observa-se aumento ainda maior no déficit na conta de transações correntes de US\$-6,7 bilhões para US\$-12,1 bilhões, quase 50% de aumento, e que não foram financiados pela conta capital, pois nesse período de crise entre 1994 e 1995, houve redução de US\$ 6 bilhões na conta capital. A crise levou a Argentina ajustar a balança comercial, que era deficitária em 1994 passando a ser superavitária em 1995. Esse aumento nas exportações da Argentina está relacionado ao período de implantação do plano real no Brasil, a sobrevalorização da moeda brasileira refletiu no aumento da demanda por produtos manufaturados argentinos. (MENDONÇA, 2009)

2.3 PARAGUAI

O Paraguai resulta de uma história marcada por um processo de liberalização comercial ocorrido na década de 90 e a entrada do país no Mercosul. Os países



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

membros do bloco: Brasil, Argentina e Uruguai, são os principais destinos da importação e exportação do Paraguai, demonstrando dependência comercial desses países para o desenvolvimento da economia Paraguaia.

No final da década de 1980, havia um forte controle governamental sobre preços, câmbio e juros, pois o sistema de intermediação financeira, o controle de juros e câmbio implicou uma forte retração dos mecanismos formais de captação e aplicação de recursos e teve como consequência o desenvolvimento de um mercado financeiro informal, no qual as operações de crédito (CP) e de câmbio eram feitas a taxas maiores que os oficiais. Ao lado da informatização da intermediação financeira privada, o sistema de crédito público formal foi mantido, financiado por emissões e voltado para o financiamento subsidiado aos setores considerados prioritários, tais como o setor agroexportador, e para a substituição de importações. Esse processo de liberalização financeira não promoveu mudanças importantes no sistema e teve efeitos distintos nos mercados de capitais e de crédito. (MENDONÇA, 2009)

Nos primeiros anos de 1990, o sistema bancário passou por um processo de expansão, com crescimento dos depósitos e do crédito do setor privado, especialmente em moeda estrangeira. (MENDONÇA, 2009)

A expansão do crédito ao setor privado resultou em ações do setor público junto aos bancos. No entanto, no período subsequente, a combinação de elementos de naturezas distintas levou à gestação de uma crise bancária, marcada pela flexibilização cambial e liberalização da captação bancária no exterior, o que significou uma elevação do endividamento externo das instituições e tornou-se um problema quando os recursos externos tornaram-se mais caros e escassos, em especial com a fragilização do México e da Argentina em 1995. Outro aspecto da crise bancária refere-se à criação de instituições financeiras menos capitalizadas, com o intuito de promover a formalização do sistema e à expansão das operações de crédito e o subsequente crescimento da inadimplência, seguida de um movimento de retirada de depósitos. (MENDONÇA, 2009)

Conforme observamos, no período de crise no México, o Paraguai estava passando por uma crise bancária, e o efeito da crise fez com que os recursos externos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

tornassem escassos. O efeito da crise no México não foi maior na economia do Paraguai, devido ao fato de que o país não tem relações comerciais significativas com o México, a ponto de trazer um forte impacto na economia Paraguaia. (MENDONÇA, 2009)

Observemos a tabela abaixo:

Tabela 4

Sumário do Balanço de Pagamentos –1995 a 1997 (US\$milhões)

Discriminação	1995	1996	1997
Balança Comercial	270,4	586,5	864,9
Serviços e Rendas	-126,9	-58,3	0,4
Transações correntes	-92,3	-352,9	-650,4
Conta capital e Financeira	258,8	173,7	438,8
Erros e Omissões	-106,3	139,8	5,8
Resultado do Balanço	-60,2	39,4	205,8

Fonte: Banco Central do Paraguai (2011) – elaboração própria.

O saldo deficitário em transações correntes no período de 1995 a 1997 é tradicionalmente coberto pela conta capital e financeira, mas não foi suficiente para cobrir os elevados déficits nas demais contas, em 1995 o déficit do balanço era de US\$60,2 milhões.

Após o efeito da crise bancária em 1995, observemos a recuperação do país, pois os déficits em transações correntes nesse período passaram a serem cobertos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

pela conta capital e a conta de erros e omissões, passando o saldo do balanço a ser superavitário em 1996.

No ano de 1997, o Paraguai recuperou totalmente a economia, os déficits em transações correntes passaram a serem superiores aos anos anteriores, mas foram cobertos por grandes volumes de capitais externos, a conta capital que era de US\$258,8 milhões em 1995, US\$173,7 milhões em 1996, atingiu o saldo de US\$ 438,8 milhões em 1997.

2.3 URUGUAI

O Uruguai iniciou o processo de liberalização no início de 1990, nesse ano, assumiu o presidente Luiz Alberto Lacalle, primeiro governo eleito de forma direta após a ditadura militar. O novo presidente encontrou a economia com graves desequilíbrios, como tendência à estagnação, baixo nível de investimentos (cerca de 9% do PIB), elevado déficit fiscal, inflação ascendente, assim como pesada carga de dívida externa. (BRANDÃO, 1996)

O governo iniciou a administração ajustando as contas públicas, reduzindo a inflação e o fortalecimento do balanço de pagamentos. O esforço fiscal permitiu que as receitas do governo central se elevassem em 9%, ao mesmo tempo em que as despesas reduziam-se em 10%. Uma das políticas adotadas pelo governo Lacalle, foi à lei de privatizações promulgada em setembro de 1991, com o intuito de abrir espaço para o setor privado em setores de telecomunicações, aviação e energia elétrica. (BRANDÃO, 1996)

Os cinco anos de governo terminam com a vitória do presidente Lacalle, após a retomada do crescimento econômico, conjugada à queda da inflação. O PIB avançou de US\$8,8 bilhões em 1989 para US\$15,6 bilhões em 1994 e a inflação reduziu-se de 112,6% em 1990 para pouco mais de 40% em 1994. (BRANDÃO, 1996)



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

No ano seguinte, em 1995, o Uruguai sentiu os efeitos da crise Mexicana na economia, afetando principalmente a conta capital e conta de transações correntes.

Observemos a tabela abaixo:

Tabela 5

Sumário do Balanço de Pagamentos – 1994 a 1997 (US\$ milhões)

Discriminação	1994	1995	1996	1997
Balança Comercial	-236,6	-61,6	-127,3	-222,0
Transações correntes	-438,5	-212,6	-233,5	-267,0
Conta capital e Financeira	671,8	390,4	153,3	501,4
Erros e Omissões	4,9	18,0	152,6	-53,0
Resultado do Balanço	238,2	195,8	72,4	181,4

Fonte: Banco Central do Uruguai (2011) – elaboração própria.

Em 1994, o saldo da conta de transações correntes que era de US\$-438,5 milhões, reduziu para US\$-212,6 milhões em 1995, devido ao efeito da crise mexicana nesse período, aumentando no ano seguinte para US\$-233,5 milhões em 1996 e US\$-267,0 milhões em 1997. O saldo da conta capital e financeira em 1994 que era de US\$671,8 milhões, reduziu para US\$390,4 milhões em 1995, nesse período ocorreu fuga de 42% do capital investido na economia uruguaia, passando para 83% em relação ao ano de 1994, quando o saldo atingiu US\$153,3 milhões em 1996. No ano de 1997, à economia do Uruguai voltou à normalidade, pois o saldo da conta capital e financeira aumentou 69% em relação ao ano anterior. É importante destacar, que a conta capital e financeira é fundamental para o financiamento da conta de transações correntes, mas no caso da economia Uruguaia, o saldo da conta capital e financeira nesse período foi sempre superior ao saldo de transações correntes, resultando em saldo positivo do balanço em todo o período comparado.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as análises dos impactos da crise mexicana nas economias-membro do Mercosul, observou-se os seguintes resultados: A crise mexicana repercutiu principalmente nas economias maiores do Mercosul, Brasil e Argentina. O reflexo da crise no Brasil gerou queda do crescimento econômico e aumento da dívida pública, e devido às medidas adotadas pelo governo visando à contenção monetária e do crédito, fez com que ocorresse aumento na taxa de desemprego. Conseqüentemente, a conta capital houve um aumento superior a 200% em 1995, pois os capitais investidos em economias consideradas de risco foram atraídos pelas altas taxas de juros, e pela estabilidade do câmbio, devido à implantação do plano real no início de 1995.

Na Argentina, o efeito da crise refletiu no mercado financeiro, devido à redução dos depósitos, resultando no fechamento de alguns bancos que se encontravam diretamente expostos com o México. O ministro Cavallo anunciou reduções de US\$ 1 bilhão nas despesas públicas, e evitou novas colocações de bônus até que o mercado financeiro voltasse à normalidade. A política de vincular a moeda nacional ao dólar, não foi suficiente para evitar uma fuga de mais de 50% dos capitais investidos na Argentina para outras economias em 1995, mas que voltou à normalidade em 1996.

Em 1995, ano de maior efeito da crise mexicana nas economias emergentes, o Paraguai estava passando por uma crise bancária, e o efeito da crise fez com que os recursos externos se tornassem mais escassos. Após o efeito da crise bancária instalada no país, o Paraguai apresentou bons resultados no balanço de pagamentos, especialmente pelo aumento no volume de capitais. O efeito da crise no México não foi maior na economia do Paraguai, devido ao fato de que o país não tem relações comerciais significativas com o México, a ponto de trazer um forte impacto na economia.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

O Uruguai até o ano de 1990 passou por elevados índices de inflação, déficit fiscal, e pesada carga de dívida externa. No início desse período, o presidente Luiz Alberto Lacalle, primeiro governo eleito após a ditadura militar, implantou algumas políticas que reduziram as despesas do governo, privatizou empresas de telecomunicações, aviação e energia elétrica. Os cinco anos de governo terminam com a vitória do presidente Lacalle, após a retomada do crescimento econômico, conjugada à queda da inflação e aumento do PIB. A crise mexicana refletiu na economia do Uruguai no início da recuperação econômica em 1994, o efeito tequila gerou uma fuga de 42% do capital investido no país em 1995, passando para 83% em 1996. Em 1997 a economia do Uruguai voltou à normalidade, após o efeito da crise mexicana, a conta capital e financeira aumentou 69% em relação ao ano anterior.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. ***A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)***. Universidade de Brasília – UNB- Instituto de Relações Internacionais, Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF-, 2007.

ASSIS, Milton de, ***A origem das Crises Financeiras Internacionais: Fracos Fundamentos ou Puro Contágio? Uma análise Empírica***, Rio de Janeiro, 2001, Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200103151.pdf>. Acesso em: 23, Março, 2011,19:04 hs.

BASTOS, Luciana Aparecida. ***Avaliação do Desempenho comercial do Mercosul: 1994-2005***. 182 páginas, Tese de Doutorado em Economia, Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

BASTOS, L. A.; MONÇÃO, B.A.. ***A Importância do Primeiro Capítulo da Obra “O capital” de Karl Marx, Para a Compreensão do Pensamento do Autor***. Ln: ENPPEX - Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas, 2010.

BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: **MERCOSUL: Então e Agora**. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

BRANDÃO, Antônio Salazar P; Almeida, Valls Pereira, **“Mercosul Perspectivas da Integração”**, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARRERA, J. (2001), **“Hard Peg and Monetary Unions. Main Lessons from the Argentine Experience”**, disponível

em: <http://150.108.69.10/public/m.union/abstracts/Carrerapaper.pdf>. Acesso em: 20, Julho, 2011, 20:03

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **América Latina: Integração e Desintegração**. (capítulo de livro). **A América Latina e a Globalização**. FFLCH/PROLAM-USP, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **A Crise de 1929 e a Grande Depressão da Década de 30**, disponível em: www.countdownnet.info/archivio/Analisi_storico_politica/573.doc. Acesso em: 20, Agosto, 2011, 15:05

CORREA, Vanessa Petreli; VAL, Vanessa da Costa. **Volatilidade dos Fluxos de Capitais no Balanço de Pagamentos Brasileiro: Uma Análise Por Meio do modelo Arch (Modelo Auto Regressivo com Heterocedasticidade Condicional)**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A095.pdf>

DANTAS, Rodrigo, **A Grande Crise do Capital**, Cadernos de Ética e Filosofia Política 14, p.47-72, São Paulo, 2009.

HAINES, Andrés Ferrari, **A Economia Argentina nos anos 90: Reformas Estruturais e Lei de Conversibilidade**. UNICAMP, Campinas, 1998.

KESSLER, Timothy, **A quebra do Peso Mexicano: Causas, Conseqüências e Recuperação**, Revista de Economia Política, São Paulo, volume 21, p.121-145, volume 21, julho-setembro/2001.

MARX, Karl: **O Capital**. Livro II. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira 1989.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. **Sistemas Financeiros do Mercosul: Estrutura, Financiamento de Longo Prazo e Interpenetração de Capitais**, UNICAMP, Campinas, 2009.